

REGISTRO DE REUNIÃO

Data:	12/11/2018		
Reunião:	5ª Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais		
Grupo:	GT Mananciais		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Silvia Marie Ikemoto		INEA	
Markus Stephan Wolfjungkell Budzynkz		APEDEMA	
Flávio Augusto Monteiro dos Santos		AGEVAP	
Vera Lúcia Teixeira		CBH-MPS	
Leonardo Guedes		CBH-MPS	
Juliane Freitas		Fundação Grupo Boticário	
Jackson Leandro Moreira Gonçalves		FUPAC VRB	
Marcelo Alves		AGEVAP	
Tipo:	Presencial		
Local:	AGEVAP		

RELATO DA REUNIÃO

Item 1 – Aprovação do registro da reunião anterior;

O registro será aprovado na próxima reunião.

Item 2 – Informes sobre aprovação da deliberação CEIVAP que altera o GT PSA para GT Mananciais;

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) fez um resumo do que foi definido na reunião plenária do CEIVAP, em 18/10/18, sobre a deliberação CEIVAP que altera o GT PSA para GT Mananciais. Disse que o que desdobrou a discussão foi a alínea “e” do artigo 3º, que menciona sobre as instituições com experiências em proteção de mananciais. Outra alteração foi a necessidade de encaminhar o Programa de Proteção e Recuperação de Mananciais à Câmara Técnica Consultiva para análise.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) disse que a nova redação, o GT Mananciais deverá elaborar o programa e submeter o mesmo para aprovação na CTC antes encaminhamento para análise pela Plenária. Mencionou que é importante alinhar com os membros do comitê sobre as informações que constarão no novo Programa, e que a alteração vai de encontro com essa necessidade.

Item 3 – Apresentação e discussão da estratégia para execução do Programa Mananciais;

A sra. Marie Ikemoto (INEA) informou que a proposta preliminar da estratégia de execução do Programa Mananciais adiscutida no GT foi elaborada com contribuições do Sr. Thiago Valente (FGB), Juliane Freitas (FGB) e Flávio Monteiro (AGEVAP).

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) apresentou os resultados do edital seleção projetos 04/2014, mostrando os pontos positivos, negativos e sugestões de aprimoramento para os próximos editais.

Os membros do GT fizeram contribuições, que foram incorporadas na proposta, conforme detalhado a seguir.

Foram destacados como pontos positivos e de sucesso do edital 04/2014:

- Recursos de cobrança da água sendo aplicados pelo Comitê e AGEVAP e resultando em intervenções efetivas voltadas para proteção e recuperação dos recursos hídricos e PSA, superando a inércia inicial em relação ao tema,

- Critérios do Programa do CEIVAP são muito bem definidos e tornam-se referência para outros projetos;
- Volume de recursos para o PSA são expressivos;
- Houve eficiência para monitorar problemas e agir de forma rápida;
- Mobilização de mais de 100 proprietários rurais, 250 ha de restauração, 750 de conservação;
- Geração de bases para consolidação de uma política pró-mananciais do CEIVAP e dos CBHs afluentes;
- Criação um núcleo de difusão de novos projetos junto a parceiros;
- Criação de um banco de áreas para restauração e de networking com atores relacionados a PSA e restauração florestal na bacia;
- Aprimoramento de instrumentos administrativos, técnicos e de logística da AGEVAP para execução e acompanhamento dos projetos de PSA;
- Legado técnico e a consolidação das experiências do edital 04/2014 a partir da elaboração de uma publicação (em andamento).

Os problemas e desafios a serem superados, associados a respectivas sugestões de aprimoramento e revisão do programa, foram sistematizados conforme quadro abaixo:

Pontos negativos/problemas	Sugestões para próximos editais
Seleção de áreas	
<ul style="list-style-type: none"> • Áreas selecionadas para os projetos: não houve devida priorização sobre áreas mais relevantes e críticas e de maior potencial para restauração florestal; • Projetos dispersos na bacia aumentaram o custo para gerenciamento e os resultados e impactos tornam-se pulverizados e difíceis de monitorar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e definição de área de abrangência do programa e de áreas prioritárias de atuação visando aumento da sua eficiência, eficácia e impacto; • Definição de critérios de elegibilidade os editais do Programa; • Definição de metas relacionadas a áreas estratégicas para restauração com base em modelos para redução de sedimentos.
Estratégia de execução do Programa	
<ul style="list-style-type: none"> • Deficiência do edital na definição de competências e expertises do proponente para execução de todas as etapas do projeto; • Necessidade redefinir a forma de contratação dos serviços e de gerenciamento dos projetos buscando minimizar problemas e deficiências na execução dos contratos; • Alto custo de gerenciamento e supervisão dos contratos; • Alto custo em relação a área de conservação e restauração contratada e número de proprietários beneficiados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão da estratégia de contratação dos projetos em função das competências, expertises e perfil para contratação de serviços para as diferentes etapas do projeto; • Revisão do escopo e da forma de contratação do serviço de mobilização e assistência dos proprietários e dos serviços de engenharia para restauração florestal; • Revisão da estratégia de gerenciamento e monitoramento dos projetos.
Valor do PSA	
<ul style="list-style-type: none"> • Valor de PSA padrão de aproximadamente R\$ 200 por hectare ano é pouco atrativo em áreas com alto custo de oportunidade; • Ausência de limites de pagamento (valor mínimo e máximo) pode gerar distorções e desestímulo a participação de pequenos proprietários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão metodologia de valoração do pagamento do PSA para o programa e próximos editais.
Arranjo institucional	

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de revisão do arranjo institucional do programa; • Dificuldade de publicação dos editais, acompanhamento dos projetos e efetivação do pagamento do PSA por algumas prefeituras; • Baixa atuação e efetividade de algumas unidades gestoras de projeto (UGP); • Ausência de estratégia prévia que capacite os municípios para desenvolver e executar projetos de PSA; • Falta de coesão dos atores locais em alguns projetos; • Deficiência de estruturas de governança e marco legal. | <ul style="list-style-type: none"> • Alteração do arranjo institucional do programa e do papel da UGP; • Revisão do papel da prefeitura no arranjo institucional, buscando outras formas possíveis de participação. • Buscar parcerias estratégicas para construção conjunta dos editais e áreas do programa (ex. secretarias estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura, instituições voltadas para extensão e empreendedorismo rural, etc); • Sensibilização, fortalecimento e capacitação de atores estratégicos (prefeituras, terceiro setor, etc.) para o tema; • Aumentar o nível de interação entre os projetos, estruturando uma rede de atores da bacia para troca de experiências e aumento do impacto; • Maior envolvimento da escola de projetos do CEIVAP no processo. • GT mananciais poderia atuar como Unidade estratégica do programa, com reuniões e interações mais frequentes. |
|--|--|

Sustentabilidade financeira

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de planos de sustentabilidade que garantam a perenidade do projeto, se não houverem novos aportes do Programa do CEIVAP | <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão deste item no Programa Mananciais • Tornar o plano de sustentabilidade financeira um pré-requisito para novos projetos a serem apoiados |
|--|---|

Comunicação

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação empobrecida | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma estratégia de comunicação |
|--|---|

O sr. Jackson Moreira (FUPAC VRB) falou que o Secretário de Meio Ambiente de Muriaé em uma reunião reforçou o pedido de dar atenção maior ao município.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) contou que Muriaé foi o único município que não houve nenhuma intervenção nas propriedades. Falou ainda que não há tempo contratual para executar as atividades neste período de chuva. Complementou informando que em Muriaé há 8 projetos em execução.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) sugeriu pensarem em procedimentos internos para que a parte mais técnica não seja esquecida.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) ressaltou a importância da revisão dos valores de PSA do programa, entendendo que os valores devem ser diferenciados por tipo de prática elegível (conservação, restauração e conversão produtiva) e que se deve estabelecer valores mínimos e máximos por propriedade para não desestimular a participação de pequenos proprietários e potencializar a melhor aplicação do recurso.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) introduziu o panorama dos recursos executados e dos recursos disponíveis, antes de avançar para a discussão da estratégia de execução, visto que o planejamento deve ser realizado em cima de um cenário orçamentário conhecido.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) apresentou o levantamento elaborado pela AGEVAP, detalhado a seguir:

PAP 2014-2016 (aproximadamente R\$14 milhões)

- **R\$ 11.203.793,00** para o componente 3.2.2.
- **R\$ 9.581.666,34** empenhados nos 9 Projetos de PSA-Hídrico (conservação, recuperação e PSA) + Gerenciadora dos projetos + outros projetos relacionados (Mata ciliar Volta Redonda, Diagnóstico Sesmaria, etc).
- **Saldo do Componente 3.2.2 do PAP 2014-2016:** R\$ 3.186.499,88

PAP 2017-2019 (aproximadamente 31 milhões)

- **R\$ 26.917.151,00** para o componente 3.2.2;
- **Novos investimentos no PSA-Hídrico, com valor previsto de R\$ 4.545.097,85:**
 - Fase II dos Projetos: Manutenção por 12 meses (Abr - Jul 2019);
 - Aditivos para a Fase II: 25% do valor da fase II para prolongar o período de manutenção de algumas áreas (Jan – Mar 2020);
 - Pagamento de 2 parcelas anuais de PSA: Novas parcelas de PSA, totalizando 4 parcelas pagas (2016-2020);
 - Contratação de nova gerenciadora: ato convocatório em curso, atuação até 2021.
 - Comunicação e divulgação dos resultados: Publicação ou produto sobre lições aprendidas (elaboração de conteúdo, revisão editorial, projeto gráfico e impressão).

Saldo para o componente 3.2.2: R\$ 22.372.053,15

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou sobre os recursos do PAP. Disse que o PSA não se encerrou com o PAP, que ele continua incluído nas linhas de investimento.

A sra. Vera Lucia Teixeira (CBH-MPS) falou que houve um aumento no PPU, com isso o recurso tende a aumentar.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sugeriu um aditivo de 25% para a segunda fase. Deu a ideia ainda de pagar mais duas parcelas de PSA, totalizando quatro parcelas.

O grupo concordou com a ideia sugerida pelo sr. Flávio Monteiro.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) seguiu sua fala dizendo que os projetos do edital 04/2014 precisam ser finalizados, avaliando a pertinência de continuidade ou não do pagamento de PSA. Mencionou que é necessário definir um prazo para finalização dos projetos e dos pagamentos, e que precisam contratar uma nova gerenciadora para fazer visitas de campo.

A sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) disse que achou o valor cobrado pela gerenciadora atual muito alto e depois podem ser criticados pelo valor.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) concordou que esse é um problema a ser resolvido e disse que, a princípio, tinha sido acordado que seria mais fácil as UD's visitarem os locais. Falou que está fazendo revisão da nova contratação e serão realizados alguns ajustes.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) alertou sobre os riscos de contratar um serviço para gerenciar os contratos do programa, tais como: elevado custo, baixa efetividade, maior dificuldade de detectar problemas e conflitos, e maior complexidade na gestão dos projetos. Recomendou a contratação de profissionais pela AGEVAP com formação e perfil compatível com as atividades que irá desenvolver, considerando o recurso disponível, não delegando essa responsabilidade a terceiros. Concluiu dizendo que como o contrato da gerenciadora já está em curso, essa nova estratégia deverá ser construída para para os próximos editais, reconsiderando a estruturação de equipe própria da AGEVAP. .

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) relatou que o contrato com a gerenciadora onerou a AGEVAP no acompanhamento e gestão técnica das atividades, tendo baixa efetividade.

Em relação a comunicação, foi apresentado o responsável pelo tema na AGEVAP, o sr. Marcelo Alves. O Sr. Marcelo Alves solicitou que os membros do GT informassem o estágio atual e as demandas de comunicação do Programa.

O Sr. Flávio Monteiro falou que a prioridade é encerrar o projeto de PSA da melhor forma dentro do quadro que existe. Disse que além da manutenção contrataram o monitoramento das áreas e que as executoras passaram para eles um relatório técnico de relação das áreas. Com isso, eles têm que pensar em novos programas.

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que como o projeto é do CEIVAP, talvez possam usar a comunicação do projeto dentro do contrato.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) explicou que estão nivelando os próximos passos do que antes era projeto de PSA Hídrico e passará a ser Proteção e Preservação de Mananciais. Contou que uma das falhas na gestão anterior, foi justamente a comunicação: interna e externa. O objetivo é trazer mais relevância e destaque para o programa.

O sr. Marcelo Alves (AGEVAP) disse que o contrato, a qual o sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) se referiu, é essencialmente um programa de comunicação institucional. Falou que é possível divulgar e dar visibilidade para alguns projetos, macrófitas, Protatar e PSA. Depois, ressaltou que alguns pontos precisam ser revistos. Comunicação comunitária, que é a que eles pretendem, não faz parte do contrato. Algumas particularidades que devem ser definidas para melhoria na estratégia de comunicação.

A sra. Marie Ikemoto (INEA) falou que entende que o objetivo é o de divulgar o Programa para população, municípios, mas sempre utilizando a comunicação institucional. Mencionou que o objetivo dessa comunicação é fazer com que as pessoas saibam que o CEIVAP é responsável e parceiro na realização dos projetos.

A sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) disse que o plano de comunicação é fundamental para garantir que, entre transições de governo, não fique como algo feito pelo prefeito.

O sr. Leonardo Guedes (CBH-MPS) sugeriu que nos eventos em que o CEIVAP participe, que seja feito um texto para os mediadores falarem sobre o Comitê, para que possuam as informações necessárias em mãos.

Item 4 – Próximos passos para atualização do Manual do PRO-PSA (Programa Mananciais)

A sra. Marie Ikemoto (INEA) apresentou a nova proposta, que incluir a criação de três subprogramas, que podem ser complementares entre si:

Sub-programa 1- Conservação de água e solo em áreas de interesse de proteção de mananciais

- Conservação de solo
- Conservação e Restauração Florestal
- Conversão Produtiva

Sub-programa 2- PSA

- Projetos de PSA

Sub-programa 3 - Mecanismos e instrumentos de proteção ambiental em áreas de interesse para proteção de mananciais

- Apoio a criação e fortalecimento em UCs

Foram identificadas as seguintes possibilidades de execução do Programa:

- Edital de seleção pública de projetos;
- Submissão e análise de projetos sob demanda induzida;
- Proposição de projetos pela escola de projetos do CEIVAP/AGEVAP;
- Parceria com projetos em execução na bacia.

Dentre essas possibilidades, os membros do GT optaram e detalharam a seguinte estratégia de execução:

Fluxo de execução de projetos

Arranjo Institucional

1) Edital para seleção de propostas de proteção de mananciais

- Seleção: áreas prioritárias + hierarquização (Lei de PSA, estratégia de regularização ambiental, contrapartida, arranjo institucional, qualidade proposta técnica)
- Formulário para preenchimento de projetos + contrapartida mínima

Municípios ou ONG com município (proponente)

2) Elaboração de projeto básico (projeto de Proteção de Mananciais) – número de programas, valor por programa

- Execução pela escola de projetos do CEIVAP
- Qual o escopo do projeto (projeto executivo para a etapa 2)?
- Qual o custo estimado por projeto?
- Envolvimento, capacitação e orientação para municípios.

Municípios ou ONG com município
+
Escola de projetos (execução) e AGEVAP (avaliação)

3) Edital para execução da intervenção – meta em hectares de conservação, restauração e conversão produtiva e valor de PSA a ser pago

- Contratação pela AGEVAP;
- Gerenciadora para acompanhamento dos projetos;
- Envolvimento, capacitação e orientação para municípios.

Municípios ou ONG com município
+
Empresa contratada (execução), gerenciadora (medição) e AGEVAP (avaliação)

O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) disse que a intenção era diferenciar a fase de projeto da fase de execução, como foi feito no PROTRATAR. Falou ainda, que a intenção é fazer um primeiro edital para executar os projetos. Seria um plano de recuperação de manancial. Complementou informando que a segunda fase seria um edital para custear essas ações. Depois, disse que no edital, os municípios poderiam manifestar interesse e com o recurso do CEIVAP financiariam a execução do plano, via Escola de Projetos.

Os srs. Leonardo Guedes (CBH-MPS), Flávio Monteiro (AGEVAP) e a sra. Juliane Freitas (Fund. Grupo Boticário) contribuirão na continuidade do manual.

Item 5 – Assuntos gerais.

A próxima reunião será realizada no dia 11/02/2019.

ENCAMINHAMENTOS:

- O sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) irá trabalhar num aditivo para ajustar os convênios de PSA.
- A próxima reunião será dia 11/02/2019 (segunda-feira);
- Posteriormente o Grupo de Trabalho agendará reunião com o Sr. Marcelo Alves (AGEVAP) para tratar de assuntos relacionados à comunicação do Programa Mananciais.

Início:	10h15	Encerramento	13h06
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		